



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria-Geral da República

Discurso do Procurador-Geral da República
Solenidade de posse da Ministra **Cármen Lúcia Antunes** no cargo de
Presidente do Supremo Tribunal Federal
Setembro de 2016

Excelentíssima Senhora Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha, em nome de quem saúdo todos os membros do Poder Judiciário brasileiro;

Excelentíssimo Presidente da República, Senhor Michel Temer, em nome de quem homenageio as demais autoridades do Poder Executivo;

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, em nome de quem cumprimento os integrantes do Poder Legislativo;

Excelentíssimos colegas, membros do Ministério Público;

Ilustríssimo Doutor Cláudio Pacheco Prates Lamachia,
Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do
Brasil, em nome de quem prestigo os integrantes da
advocacia;

Demais autoridades presentes;

Senhores servidores;

Senhoras e senhores;

Estamos aqui para homenagens e para despedidas. Há o que parte e também a que chega. Um ciclo se cumpre, fechando-se um ocaso honrado e digno. Outro inicia-se sob os auspícios de austera retidão, mas já convidado a transitar por caminhos desafiadores.

Essa, senhores e senhoras, é sempre uma hora proveitosa para refletir sobre o passado e também vislumbrar o futuro.

O cargo de presidente do Supremo Tribunal Federal, como todos sabemos, para além das funções de coordenação do ilustrado colegiado da Corte, das funções de gestão administrativa e representação política, coloca sob a responsabilidade de seu ocupante o comando do controle externo do Poder Judiciário, por meio do Conselho Nacional de Justiça.

Mas de todo o feixe das complexas responsabilidades de Sua Excelência, tenho para mim que o mais destacado, sem dúvida, habita o campo do simbólico: cabe ao presidente do Supremo Tribunal Federal ocupar o cume da estrutura do Poder Judiciário Nacional, mesmo que isso não represente ascensão hierárquica e funcional sobre juízes e tribunais.

De sua posição privilegiada, espera-se do presidente a clarividência para guiar não apenas a Corte que chefia, mas os destinos de todos os juízes deste país pelos caminhos da boa justiça, fundada na celeridade, na altivez em face dos demais poderes da República e na absoluta imparcialidade diante dos jogos de interesses que se desenrolam nos litígios de toda ordem submetidos ao escrutínio do Judiciário.

Tive o privilégio de acompanhar muito de perto a gestão do Ministro Lewandowski, que se encerra hoje. Ocupando a cadeira à destra do presidente, fui testemunha isenta de um estilo sereno, firme e lhano de conduzir as sempre complexas sessões de julgamento desta Corte.

No plano externo, o Ministro Ricardo Lewandowski não foi menos hábil. Com a discrição que certamente coroa os seus anos de exercício dedicado e comprometido de magistratura, Sua Excelência soube estar nos debates de temas relevantes para o país sem permitir jamais se deixar sequestrar pelas pautas das partes em contenda.

Exerceu os necessários encargos de gestor e de político que o cargo impõe, mas sem nunca perder a mão prudente do magistrado cômico do papel que lhe cabe como último refúgio da justiça em um Estado Democrático de Direito.

Parabéns, Ministro Ricardo Lewandowski! Vossa Excelência retorna agora ao ofício de julgador com a certeza de haver deixado sua marca à frente desta Corte e de ter, com toda certeza, oferecido o melhor de suas luzes em prol da defesa das prerrogativas do Poder Judiciário.

Para o necessário revezamento que a democracia impõe, chega hoje, para ocupar a honrosa cadeira de presidente do STF a Ministra Cármen Lúcia. Sinto-me especialmente agraciado com a possibilidade de saudar, como Procurador-Geral da República, uma conterrânea diletta, a quem aprendi a admirar especialmente pelas virtudes da prudência, do saber e da honradez.

Vigorosa e muito produtiva em seu labor, a independência, a ponderação e o altruísmo já foram revelados em suas inúmeras decisões e também em suas atividades à frente da vice-presidência desta Casa.

Minha singela palavra a Vossa Excelência, bem como ao Ministro Dias Toffoli – a quem igualmente parabenizo por sua ascensão à vice-presidência deste egrégio Tribunal –, é a afirmação de que estarei pronto a contribuir para que sua gestão seja marcada por resultados expressivos a todo o Poder Judiciário, pois ganhando os jurisdicionados, o Ministério Público brasileiro também ganha.

Rogando, desde já, escusas, decidi aproveitar esse evento de celebração de mudança democrática na gestão desta Casa, para falar de uma outra forma de mudança.

Pensando alto, gostaria de dividir com Vossas Excelências modestas reflexões sobre temas momentosos e, a meu sentir, de suma relevância para os destinos coletivos do nosso país.

Talvez poucas tenham sido as vezes na história da nossa jovem República que o Poder Judiciário foi convocado a ocupar posição de tanta centralidade nas turbulências políticas e sociais observadas nos últimos tempos.

Vivemos uma crise multidimensional no Brasil: ética, jurídica, política e econômica. Nessas quatro dimensões, está o Judiciário inserido, em maior ou menor intensidade, como fonte de esperanças da sociedade e salvaguarda insubstituível de estabilidade para a preservação dos valores mais caros de nossa República.

É, convenhamos, uma grande responsabilidade, que repousa, por primeiro, nos ombros robustos desta Corte, mas que se sustenta também, senhores Ministros, sobre o trabalho silencioso e dedicado de cada magistrado deste vasto país.

Poderia deter-me em digressões sobre aspectos destacados do grave problema econômico que enfrentamos, mas vou me restringir hoje apenas aos aspectos éticos, jurídicos e políticos da nossa crise, mesmo reconhecendo ser praticamente impossível separar de forma estanque essas múltiplas dimensões que, ao fim e ao cabo, gravitam em torno de um eixo comum.

Não posso deixar de lembrar, nesse contexto, do ingente trabalho realizado pela operação Lava Jato.

Tenho repetido exaustivamente que a grande virtude desse caso não foi exatamente apontar fatos delituosos concretos e seus responsáveis – embora não negue a absoluta importância deste feito –, mas, sob uma perspectiva de análise mais elevada, demonstrar cabalmente a falência do nosso sistema de representação política, além de realçar, por contraste, as deficiências crônicas do nosso arcabouço jurídico penal.

Os trabalhos de investigação desenvolvidos na Lava Jato conduziram-nos por caminhos ainda não percorridos. Descobrimos a latitude exata do entrocamento entre o submundo criminoso da política e o capitalismo tropicalizado de compadrio, favorecimento e ineficiência.

O sistema da nova República, senhores, está em xeque.

Há claramente duas saídas, para o Brasil, nesta encruzilhada. A primeira, danosa e inaceitável, consiste numa reação vigorosa do sistema adoecido contra as instituições que combatem a sua estrutura intrinsecamente patológica. É possível, nessa linha, calar os que bradam a verdade inconveniente, promovendo mudanças cosméticas para que, como nos ensinou Lampedusa, *tudo mude para permanecer como está*.

A segunda, mais auspiciosa, revela-se em um movimento virtuoso de tomada de consciência da sociedade e de autodepuração do próprio sistema político-jurídico, na busca verdadeira de um novo arranjo democrático, que repila a corrupção e a impunidade na forma de fazer política.

No primeiro caso, temos o exemplo vívido da Itália dos anos 90. A história generosamente demonstra-nos, por meio da sofrida experiência italiana com a operação Mãos Limpas, os custos sociais de seguir a primeira via: mais corrupção, instabilidade política e uma crônica debilidade econômica.

O roteiro para chegarmos a tal desfecho já se encontra decantado em dezenas de estudos realizados, no âmbito jurídico e político, sobre as ações que não só neutralizaram o trabalho do Ministério Público italiano, como também findaram por transformar os seus investigadores em vilões de um enredo farsesco e bizantino.

Não será, assim, por escusada ignorância que seguiremos essa trilha errática.

Sinto, senhores Ministros, que chegamos inelutavelmente ao ponto do nosso processo em que precisamos escolher com desassombro o caminho a seguir.

As forças do atraso, que não desejam mudança de nenhuma ordem, já nos bafejam com os mesmos ares insidiosamente asfixiantes do logro e da mentira.

Tem-se observado diuturnamente um trabalho desonesto de desconstrução da imagem de investigadores e de juízes. Atos midiáticos buscam ainda conspirar o trabalho sério e isento desenvolvido nas investigações da Lava Jato.

O Brasil, senhores e senhoras, tem a vantagem de conhecer o passado, espelhar-se nas semelhanças entre as Mãos Limpas e a Lava Jato, mas tem, acima de tudo, o dever de encontrar com obstinação e coragem um desfecho diferente e construtivo para o nosso caso.

Nós do Ministério Público, para além do trabalho nas investigações contra a corrupção, sem assumirmos posição intransigente de donos da verdade, nem engendramos um falso e estéril maniqueísmo, apresentamos a nossa contribuição para ajudar a resolver aos menos um dos aspectos da crise em que nos encontramos: as **Dez Medidas contra a corrupção**.

Secundada por mais de dois milhões de apoiadores, o pacote transformou-se em projeto de lei de iniciativa popular.

Aos críticos da proposta, tenho repetido insistentemente: As Dez Medidas representam tão somente o início de um debate profícuo, e não o ponto de chegada.

Há hoje um consenso cristalizado na sociedade brasileira de que é preciso punir os corruptos e de que o sistema jurídico vigente no país é inepto para tal propósito. Precisamos de mudanças. Se as nossas propostas não são boas, pois que se apresentem outras melhores.

Aceitamos serenamente a dialética democrática. Só não podemos nem devemos admitir a manutenção pura e simples do *status quo*, porque isso sim será condescender com o atraso, com a injustiça e com a perpetuação da impunidade em nosso país.

Para encerrar, Senhores Ministros, Senhora Presidente, deixo aqui registrada uma das minhas poucas certezas nesta vida: **o Brasil precisa mudar** e, para isso, necessita do empenho firme e destemido do Ministério Público e dos Poderes Legislativo e Judiciário, este último a partir de hoje muito bem representado na sábia *mineirice* da presidente empossada.

Sou um homem de muitas dúvidas, estou sempre a me questionar sobre as minhas convicções. Acredito, senhores, com o escritor e romancista americano, Scott Fitzgerald, que as certezas inquebrantáveis aos 18 anos podem bem representar as colinas confortáveis de onde contemplamos, com certa arrogância até, o vasto horizonte à nossa frente; mas após os 40, não passam de cavernas nas quais nos escondemos por covardia e comodismo.

Como disse Vossa Excelência, em seu livro **Direito de/para Todos:**

“Homem não vive de intenção, mas de gesto. É o agir que conduz à construção, à produção, à partilha, que dão efetividade aos direitos reconhecidos e declarados.”

Parabéns, Ministra Cármen Lúcia! Que o seu mandato seja coroado de êxito. O Brasil precisa, como nunca, da força do seu caráter. O Ministério Público brasileiro estará ao seu lado.

Muito obrigado.